



***A química que produz
desenvolvimento desde
o local de trabalho***



CONGRESSOS DA CATEGORIA QUÍMICA DO ABC: UMA HISTÓRIA DE LUTAS E DE CONQUISTAS

De 1980 até hoje o Sindicato dos Químicos do ABC realizou onze congressos da categoria, configurando-se, assim, como uma das organizações sindicais mais democráticas do País. A importância de um congresso está na sua capacidade de mobilizar a categoria em torno de um objetivo comum. Foi assim que ajudamos a mudar o Brasil.

A cada realização de congresso, este instrumento de luta da classe trabalhadora brasileira e dos químicos em particular, a categoria acerta o seu prumo e redireciona suas ações em direção a objetivos táticos e estratégicos revisados e atualizados.

1º CONGRESSO – 1980

O país começava a sair de um período de ditadura marcado por perseguições e intensa repressão política promovida por forças do Estado a serviço dos interesses privados das oligarquias agrícolas e industriais unificadas em torno de um projeto de acumulação intensiva de capital, antidemocrático e socialmente excludente.



Neste período, o país se industrializou e viu crescer a classe operária que anos mais tarde o transformaria. Foi a partir da organização nas fábricas e do enfrentamento com os patrões, sob a liderança dos trabalhadores do ABC em aliança com setores sociais e políticos de esquerda, que nasceu o Partido dos Trabalhadores (PT), um importante instrumento político da classe trabalhadora.

O Sindicato dos Químicos do ABC realizou seu 1º Congresso em 9 de maio de 1980, após 42 anos da sua fundação, discutindo temas como: a estrutura sindical vigente; segurança no trabalho e saúde ocupacional; previdência social; melhores salários e negociações coletivas. Era o primeiro sinal dos novos tempos que chegavam.



2º CONGRESSO – 1981

Ainda mobilizado por um forte trabalho de forças políticas progressistas no interior das fábricas, em 1981 o Sindicato realiza um novo Congresso, o segundo em dois anos, para discutir temas como segurança e saúde no trabalho, autonomia

sindical, negociação coletiva, política salarial e a conjuntura nacional. Um dos pontos centrais da luta da classe trabalhadora naquele momento era pela autonomia sindical, ou seja, para afastar do Sindicato o controle exercido pelo Estado autoritário a serviço dos patrões.

Neste mesmo ano, foi realizada na Praia Grande a 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), que resultaria na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em fevereiro de 1983, já com o apoio da direção do Sindicato dos Químicos do ABC, eleita no pleito ocorrido em 16 de julho de 1982. O Sindicato dos Químicos do ABC tem a honra de sediar a primeira direção nacional da CUT na casa que atualmente sedia a Associação dos Aposentados Químicos, junto à sede em Santo André.

3º CONGRESSO – 1984



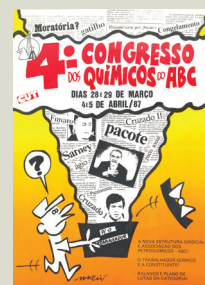
No mês de maio de 1984 é realizado o 3º Congresso da categoria, com a tomada de decisões históricas como o apoio e a participação na luta por eleições “Diretas Já”, luta contra o arrocho salarial e pela redução da jornada de trabalho de 48 horas sem redução de salários etc.

Combinando a luta política pela redemocratização do país e a construção de um novo tipo de sindicalismo - combativo, democrático, de massas e socialista – o Sindicato dos Químicos do ABC inova com a criação de uma Comissão de Saúde e Trabalho (COMSAT), constituída por dirigentes e militantes de base, e com a responsabilidade de coordenar a luta por melhores condições de trabalho com a luta por um serviço público de atenção à saúde do trabalhador, que viria mais tarde a consolidar-se com a criação do **Programa de Saúde do Trabalhador** na rede pública.

Nesse mesmo ano se realizaria a greve na Ferro Enamel, em São Bernardo do Campo, a primeira greve em defesa da saúde deflagrada no País, devido à contaminação pelo chumbo.

4º CONGRESSO – 1987

Realiza-se em abril, na cidade de Piracicaba, o 4º Congresso tendo como foco as políticas públicas e os direitos sociais, além do debate sobre a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte (ANC) para desmontar o Estado autoritário e consolidar o processo de redemocratização do país. Dezessete teses abordavam assuntos como habitação, analfabetismo, trabalho infantil, trabalho temporário, valorização da mulher, direitos do negro etc.



Pouco depois do Congresso, o Sindicato descobre a contaminação de dezenas de trabalhadores pelo mercúrio metálico na Eletrocloro (atual Solvay). Em tempos de ditadura, até mesmo a saúde do trabalhador foi apropriada pelo capital. Afinal, sem democracia não havia controle sindical, nem do Estado.

A reorganização da estrutura do Sindicato, a criação do Depto. Petroquímico, a organização de comissões de fábrica, liberdade e autonomia sindical e o contrato coletivo de trabalho foram outros temas debatidos. Ao final, se aprovou o novo estatuto do Sindicato.

No ano seguinte foi aprovada a atual Constituição Federal (1988) incorporando muitas daquelas propostas (como o turno de revezamento de 6 horas, estabilidade do membro eleito da CIPA, redução da jornada de trabalho etc.), além de consolidar um modelo de Estado mais participativo (conselhos e comissões públicas em nível federal, estadual e municipal).

5º CONGRESSO – 1991

Apesar da conquista da Constituição “cidadã” de 1988, no ano seguinte, a eleição de Fernando Collor para a presidência da República representou o início do chamado “neoliberalismo” no país. A resistência dos movimentos sociais e o crescente apoio aos candidatos e governos do PT impediram, entretanto, maiores retrocessos na organização e na luta sindical.



Neste ano, no mês de outubro, acontece na Fundação Santo André e na sede do Sindicato o 5º Congresso da categoria química. Com a presença de Lula, o Sindicato lança a “Carta do ABC”, que traça novas formas de luta sindical e alerta para a necessidade de um Programa Nacional de Desenvolvimento de Políticas Industriais do Ramo Químico.

Em 17 de janeiro deste ano foi inaugurada a Colônia de Férias do Sindicato com o nome de Olavo Hansen, trabalhador da categoria assassinado pela Ditadura.



6º CONGRESSO – 1995

Realizado de 15 a 17 de setembro em Nazaré Paulista, este Congresso teve como slogan “A nossa organização começa no trabalho”. Foi um evento voltado exclusivamente para métodos de organização e mobilização dentro das empresas químicas. Houve profunda discussão da conjuntura nacional e regional em razão da recessão e do desemprego motivados pelas políticas neoliberais iniciadas por Collor e continuadas por Fernando Henrique Cardoso. Também se aprovou a continuação da luta por um Programa de Desenvolvimento Nacional do Ramo Químico capaz de gerar empregos e garantir a existência e o crescimento do nosso setor.

7º CONGRESSO – 1998



A palavra de ordem dos trabalhadores no país inteiro era unificar as lutas em torno dos direitos e contra a política neoliberal do governo FHC. Nesse clima, se inicia em 13 de março o 7º Congresso, na Colônia de Férias de Caraguatatuba (SP), quando a categoria adere à campanha da CUT Nacional de “Luta por Empregos e Direitos Sociais”. Neste Congresso, os químicos decidem

sustentar economicamente o Sindicato apenas com as mensalidades dos associados, devolvendo aos sindicalizados o imposto sindical obrigatório.

8º CONGRESSO – 2002



Com o slogan “Por um país decente, justo e de todos, contra a retirada de direitos e contra a adesão do Brasil à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)”, realizou-se o 8º Congresso da categoria, em Louveira, de 7 a 9 de julho. Entre as questões aprovadas estão a luta em defesa do emprego, o apoio à eleição de Lula Presidente e a participação dos químicos na Marcha de Mulheres e no Fórum Social Mundial.

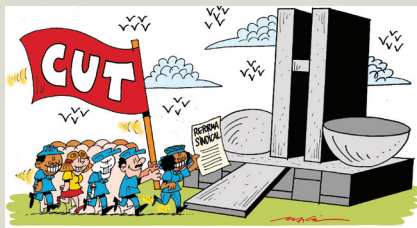
No dia 8 de março, nascia a Comissão de Mulheres Químicas do ABC. Em outubro, com apoio dos trabalhadores e da população brasileira, Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito presidente da República pela primeira vez.

Alcançava-se assim o primeiro grande objetivo estratégico do projeto político nascido nas greves históricas da região do ABC no final dos anos 70 e início dos 80, do qual o nosso Sindicato sempre participou: retirar o controle do Estado das mãos das elites e das oligarquias.

Foram mais de 20 anos de resistência e de luta para descobrir que o verdadeiro desafio estava apenas começando: mudar uma lógica de Estado que vigorava havia 500 anos. E o Sindicato dos Químicos do ABC estava lá. Ajudou a eleger Lula e lhe garantiu apoio político nos momentos de maior dificuldade. Também forneceu, ao seu governo e a outros governos do Partido dos Trabalhadores na região, os seus melhores quadros.

Começava assim, um dos períodos mais vantajosos para os trabalhadores, para os mais pobres e aos necessitados, na história deste país. Uma agenda positiva e propositiva passa a dominar os congressos seguintes: reforma sindical, trabalho decente, integração regional, desenvolvimento sustentável, emprego de qualidade etc.

9º CONGRESSO – 2005



O 9º Congresso dos Químicos do ABC obedeceu a um planejamento diferenciado. A Assembléia Geral elegeu o temário e convocou várias plenárias nas regionais e sede do Sindicato, contando com a participação de mais de 700 trabalhadores.

De 15 a 17 de abril, em Nazaré Paulista, os 213 delegados eleitos discutiram as propostas e adotaram resoluções a favor da reforma sindical em debate no Fórum Nacional do Trabalho (FNT), criado no primeiro ano do governo Lula, além da reorganização interna da entidade.

No primeiro semestre de 2006, a categoria elegeu a nova diretoria do Sindicato e em 8 de outubro, no aniversário de fundação do Sindicato (1938), foi dada a largada das atividades de comemoração dos 70 anos, que culminaria em uma grande celebração, em outubro de 2008, com a presença do presidente Lula. Mais de 2.000 trabalhadores/as e seus familiares participaram da festa em que o Presidente lançou o livro de memórias da entidade.

10º CONGRESSO – 2009

Em consonância com as discussões em curso no País e na região do ABC, o 10º Congresso da categoria adotou o lema “Fortalecer o Trabalho Decente e a Integração Regional”.

Trabalho Decente expressa um conceito de trabalho com proteção social, com remuneração adequada, exercido em condições saudáveis e seguras, sob o amparo de uma legislação justa que inclua o direito de sindicalização, de negociação e de contratação coletiva firmado por sindicatos que possam se organizar e atuar de forma independente do Estado e dos patrões.

O Sindicato dos Químicos do ABC acompanha e participa, desde o início dos anos 90, da criação e do fortalecimento de instituições de caráter regional como o Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, a Câmara Regional do Grande ABC, e a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC.

Dirigentes e militantes da categoria química integram, como representantes da sociedade civil, diversos órgãos colegiados da administração pública das cidades da região, como Conselhos Municipais de Saúde, Comissões Municipais de Emprego e Desenvolvimento Econômico, Conselhos Gestores dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador e outros.

A metodologia desse Congresso foi bastante inovadora, permitindo a ampla participação da categoria e da militância em painéis temáticos voltados para a ação sindical: (I) no local de trabalho; (II) nos órgãos colegiados da administração pública; (III) no movimento sindical CUTista; e (IV) nos setores da indústria química.

Em uma conjuntura de crescimento sustentado da economia do País e de crise econômica internacional, era evidente, para a direção sindical e a categoria, a necessidade do Sindicato se preparar para enfrentar desafios nas esferas regional, nacional e internacional.



11º CONGRESSO - 2013

O tema do 11º Congresso foi “Compromisso com um futuro sustentável – visão e papel dos trabalhadores”. O objetivo principal desse congresso foi o de consolidar um amplo e participativo processo de discussão, formação sindical e de elaboração de políticas que teve início no ano de 2011 com o ciclo de debates e a Conferência Internacional “A Indústria Química em 2020 – um novo rumo é possível”.



Por ser bastante recente, as bandeiras de luta aprovadas neste Congresso ainda são pertinentes, a saber:

1 APOIO AO GOVERNO DILMA E À SUA POLÍTICA INDUSTRIAL

- Apoio ao projeto político liderado pelo presidente Lula e a presidenta Dilma
- Participar dos Conselhos de Competitividade dos nossos setores industriais
- Contrapartida social e ambiental no financiamento público do setor
- Oportunidades de emprego para jovens e mulheres
- Por um “acordo social tripartite” da indústria química, com crescimento, geração de emprego, trabalho decente, diálogo social e negociação coletiva, com OLT

2 AVANÇAR O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL

- Reativar o GT Petroquímico-Plástico sob a liderança do prefeito Grana
- Criação do GT Higiene Pessoal e Cosméticos
- Contra o monopólio do PVC, pela permanência e desenvolvimento do complexo industrial da Solvay
- Políticas públicas contra as drogas, o trabalho infantil e a exploração sexual
- Desenvolvimento sustentável integrado nos aspectos econômico, social e ambiental, desde o local de trabalho até os órgãos colegiados da administração pública
- Melhorar a qualidade do transporte público e a mobilidade
- Implementar a agenda regional de trabalho decente

3 FORTALECER O SINDICATO E A FORMAÇÃO SINDICAL

- Ampliar e diversificar as relações e a cooperação internacional
- Continuar devolução do imposto sindical
- Curso técnico e profissionalizante para a categoria
- Capacitar a militância para os desafios atuais da indústria química, rumo a 2020
- Formar a direção e a militância sobre nosso conceito de sustentabilidade para a ação desde o local de trabalho até os órgãos colegiados da administração pública

4 APOIO ÀS BANDEIRAS DE LUTA DA CUT E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

- Contra a precarização causada pela terceirização
- Participação e apoio às lutas populares e dos movimentos sociais (bairros, trabalhadores rurais, meninos e meninas de rua etc.)
- Redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução de salário
- Pela ratificação da Convenção 158 da OIT contra a demissão imotivada
- 10% do PIB para a educação e 10% para a saúde
- Contra a discriminação da mulher no emprego e na ocupação
- Pela licença maternidade de 180 dias
- Crescimento econômico com inclusão social e matriz energética limpa
- Aprofundar a discussão sobre o uso intensivo de agrotóxicos

5 MAIS SAÚDE E MELHOR QUALIDADE DE VIDA COM PROTEÇÃO AMBIENTAL

- Identificar e atuar sobre os impactos familiares e sociais do trabalho
- Atenção e acompanhamento das doenças psicossociais
- Divulgar e incentivar o uso dos serviços do CEREST
- Desenvolver um enfoque de vida útil e de cadeia produtiva dos produtos
- Acionar poder público e comunidade contra passivos ambientais industriais
- Vistoria conjunta no local de trabalho para o cumprimento das leis e das normas
- Participar dos conselhos de saúde, meio ambiente e desenvolvimento
- Associar a luta pela redução da jornada e da hora extra com a qualidade de vida e o balanço das responsabilidades sociais e familiares



***A química que produz desenvolvimento
desde o local de trabalho***

12º CONGRESSO – 2015

Este congresso se realiza em momento político e econômico bastante complexo. O Brasil progrediu nos últimos 12 anos, com forte redução do desemprego, melhora na renda da população e importantes projetos de infraestrutura. Milhões saíram da pobreza extrema e outros tantos conquistaram a casa própria; milhões ingressaram e concluíram o ensino superior e o ensino técnico. Mas a continuidade desse projeto está hoje ameaçada.

Estamos vivendo uma forte desaceleração da economia; demissões nas obras de infraestrutura e montadoras; ajuste fiscal e elevação dos juros; crise hídrica e forte e constante ataque da oposição, na linha de “quanto pior, melhor”, porque não aceita a derrota nas urnas.

A maioria empresarial e conservadora do Congresso Nacional ameaça nossos direitos com o projeto da terceirização generalizada (PL 4330), ameaça a soberania do país insistindo na mudança na partilha do Pré-sal e tirando da Petrobras o papel de operadora única. Prega a redução da maioridade penal não com base em dados, mas como uma política eleitoral que fomenta o ódio e a intolerância. Há inúmeras evidências de que as raízes da criminalidade grave na adolescência e juventude se desenvolvem a partir de situações anteriores de violência e negligência social. Não por acaso o perfil do jovem infrator é O menor infrator é negro, do sexo masculino, tem de 16 a 18 anos, não frequenta escola e vive na miséria.

No campo político, esse congresso conservador avança na legalização do financiamento empresarial de campanhas eleitorais, dentro de uma falsa reforma política que agravará ainda mais os problemas no nosso regime democrático.

Identificar os fatores políticos e econômicos que constituem estas ameaças, bem como seus possíveis efeitos sobre a sociedade, a classe trabalhadora e a categoria química em particular são os desafios deste Congresso. Mais do que isso, estamos chamados a reagir e colocar em andamento uma nova agenda política com as forças democráticas e populares, os movimentos sociais e partidos políticos comprometidos com o desenvolvimento inclusivo do país, a soberania nacional e a retomada do crescimento, com a garantia do emprego.

1. AS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL – O BRASIL SEM MISÉRIA

(Texto elaborado como subsídio aos delegados/as ao 12º Congresso dos Químicos do ABC a partir da contribuição de Fernando Kleiman, gestor público federal e assessor especial da Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Tereza Campello, em palestra realizada no auditório do Sindicato dos Químicos do ABC no dia 13 de abril de 2015)

A construção do Plano Brasil sem Miséria tem origem em experiências bem-sucedidas como o Programa Bolsa Família, considerado o maior e mais bem focalizado programa de transferência condicionada de renda, do mundo. O Plano foi organizado desde o seu lançamento para enfrentar a miséria em suas várias dimensões, mesmo depois do intenso processo de inclusão de milhões de pobres e extremamente pobres pelos dois governos do presidente Lula.

O Plano foi lançado em 2 de junho de 2011 baseado em três grandes eixos: acesso a renda, oportunidades para melhorar a inclusão econômica e acesso a serviços. É uma meta clara e ambiciosa: superar a extrema pobreza ao longo de um mandato. O Plano encontra respaldo na Constituição Federal, que estabelece como um dos objetivos da República “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”.

A estratégia de Busca Ativa possibilitou que 1,35 milhão de pessoas extremamente pobres fossem localizadas, cadastradas e imediatamente incluídas no Bolsa Família. Outras 1,2 milhão de pessoas foram localizadas, cadastradas e incorporadas ao Programa ao longo do período de execução do Plano, totalizando 2,5 milhões de pessoas que, além de receberem a transferência de renda, passaram a ser visíveis a todos os programas que utilizam o Cadastro Único como ferramenta de seleção de público.

Com o processo de Busca Ativa para localização das famílias com perfil de extremamente pobres, conseguiu-se avançar e praticamente universalizar o Bolsa Família para esse público. O Programa teve a sua cobertura aumentada de 13 milhões para 14 milhões de famílias. No entanto, o mais impactante foi a revisão na estrutura de benefícios que, com a instituição do benefício de superação da extrema pobreza, permitiu o resgate de 22 milhões de brasileiros que permaneciam com renda inferior à linha de extrema pobreza, mesmo sendo beneficiários do Bolsa Família. No período de execução do Plano, o benefício médio saltou de R\$ 94 para R\$ 170. Para os mais pobres, o avanço foi ainda mais significativo: de R\$ 107 para R\$ 242, o que representou um aumento real de 83%.

A parceria com o Ministério da Educação na estruturação e implementação dos cursos do Pronatec Brasil sem Miséria permitiu superar em 50% a meta original de 1 milhão de matrículas, viabilizando qualificação profissional para 1,5 milhão de trabalhadores de baixa renda que chegaram aos cursos por meio da rede de assistência social. A procura pelos cursos do Pronatec Brasil sem Miséria é o maior exemplo de que são falsas as afirmações de que a população pobre não melhora de vida por falta de esforço e as insinuações relativas à leniência e à preguiça. Milhões voltaram aos bancos escolares em busca de empregos melhores e de novas oportunidades.

No Programa Água para Todos, 750 mil cisternas foram entregues na região do semiárido até outubro de 2014. Se contabilizarmos todas as entregas desde 2003, já são 1 milhão e 100 mil cisternas. Para atingir essa marca, foi preciso ampliar exponencialmente o ritmo de entregas de cisternas no país. Em vários meses do ano de 2014 foram entregues mais de mil cisternas por dia, mudando a vida do sertanejo e a paisagem do semiárido.

O Bolsa Verde foi criado e evoluiu durante o período de execução do Brasil sem Miséria e já beneficia 69,8 mil famílias de extrativistas, assentados e ribeirinhos. Pela primeira vez uma política pública foi elaborada e efetivamente executada diretamente para a população extrativista extremamente pobre. Tão importante quanto o pagamento do benefício foi o reconhecimento do poder público de que é preciso conhecer melhor a realidade das famílias que vivem nessas áreas e agir para garantir simultaneamente a melhoria da qualidade de vida das pessoas e a preservação do meio ambiente.

Por fim, a identificação de 707 mil crianças do Bolsa Família em creches no ano de 2014 demonstra que o caminho de transformação da vida dos brasileiros mais pobres começa a ser trilhado cada vez mais cedo. Uma em cada

cinco crianças de até 48 meses de idade integrantes das famílias do Programa Bolsa Família já está matriculada em creche. Todas de 4 e 5 anos estarão na pré-escola até 2016, caracterizando uma nova etapa em termos de acesso ao sistema educacional.

No caso da execução orçamentária, o Brasil sem Miséria foi priorizado, sendo inserido com destaque e registro especial nas Leis Orçamentárias Anuais (LOAs) e Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDOs), e excluído de todas as medidas de contingenciamento de orçamento.

Antes do lançamento do Brasil sem Miséria acreditava-se que, após um longo período de redução das taxas de pobreza e extrema pobreza no país, iniciado em 2003, a tendência a partir de 2011 seria de redução do ritmo de queda, ou mesmo de estabilização das taxas. Um processo esperado em virtude da dificuldade crescente de atendimento das necessidades da população mais pobre ainda excluída (quanto mais se avança, mais difícil fica), agravada pela perspectiva de redução do ritmo de crescimento econômico em virtude da crise financeira internacional.

No entanto, desde o lançamento do Plano houve manutenção da tendência de queda. A taxa de extrema pobreza caiu de 3,8% em 2011 para 3,1% em 2013. Dessa forma, o patamar alcançado pelo Brasil em 2013 se aproxima da meta global de erradicação da extrema pobreza estabelecida pelo Banco Mundial para ser alcançada no ano de 2030, que é de 3%.

No período de execução do Plano a taxa de pobreza crônica aferida de acordo com a metodologia do Banco Mundial caiu de 1,8% para 1,1% da população brasileira. É importante observar que a renda utilizada para a classificação de pobreza crônica é de R\$ 140 reais, o dobro da linha de extrema pobreza definida para o Brasil sem Miséria. Caso seja utilizada a linha de extrema pobreza do Plano teremos, na classificação do Banco Mundial, a pobreza severa, na qual o Brasil alcançou em 2013 a taxa de 0,5%.

A queda é acentuada desde 2002 em virtude do leque de políticas públicas dedicadas ao combate à pobreza colocadas em ação nesse período. Trata-se de um momento sem paralelo na história brasileira em termos de ampliação de acesso a bens e serviços aos mais pobres.

A condição de vida da população melhorou muito de 2002 para 2013 e melhorou ainda mais para os 5% mais pobres. Se tomarmos como base o grau de instrução da pessoa de referência no domicílio, verificamos dentre os 5% mais pobres um aumento de 138% nas taxas de responsáveis familiares com nível fundamental completo (de 14% em 2002 para 34,4% em 2013). A frequência escolar das crianças de 6 a 14 anos dos domicílios mais pobres aumentou 5,5% (de 92,5% em 2002 para 97,5% em 2013).

O avanço no acesso ao escoamento sanitário entre os 5% mais pobres foi três vezes maior que para a média da população (de 35,2% em 2002 para 54% em 2013). Mesmo entre os 5% mais pobres já é possível afirmar que o acesso à energia elétrica está praticamente universalizado, pois 97,6% dos domicílios dos mais pobres têm energia.

O efeito mais surpreendente é o da redução da concentração da pobreza nas regiões Norte e Nordeste. A pobreza crônica cai em todas as regiões, inclusive no Sul e no Sudeste. No entanto, é no Norte e no Nordeste, onde o percentual de extremamente pobres chegava a 17,9% em 2002 e cai para 1,9% em 2013, que vemos o efeito de ampliação da renda em paralelo à ampliação de acesso a água, energia, educação e outros serviços. Trata-se de um ritmo quase oito vezes maior que a queda verificada no Sudeste. Do ponto de vista regional, o Brasil é hoje menos pobre e menos desigual.

Da mesma forma que apontamos para os riscos da naturalização ou da negação dos resultados alcançados, há que se apontar o risco oposto: o do ufanismo exacerbado. A ilusão de que um dos países mais desiguais do planeta concluiu o seu ciclo civilizatório em uma década e virou a página dos problemas sociais, é falsa.

São ainda imensos os desafios para consolidar no Brasil um país de direitos e oportunidades para todos. Continuar a combater a pobreza e a desigualdade exige a renovação de compromissos e o estabelecimento de novas metas e desafios, bem como a revisão de mecanismos de coordenação, monitoramento e ação intersetorial.

Não há dúvidas de que hoje vivemos num país melhor, mais justo, menos desigual. E de que precisamos, queremos e podemos ir muito além. Muitas foram as nossas conquistas, mas está claro que o fim da miséria é só um começo. ■

2. O SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL – O REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

(Texto elaborado como subsídio aos delegados/as ao 12º. Congresso dos Químicos do ABC a partir da contribuição do Diretor do Departamento do Regime Geral de Previdência Social da Secretaria de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência Social (DRPS/SPPS/MPS) Rogério Nagamine, em palestra realizada no auditório do Sindicato dos Químicos do ABC no dia 18 de maio de 2015)

O sistema de seguridade social brasileiro é um dos mais complexos e abrangentes da América Latina e do mundo, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Fundado com base na Constituição “cidadã” de 1988, ele é integrado atualmente pelo ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), ministério da Saúde (MS), ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e ministério da Previdência Social (MPS). Juntos, estes órgãos de governo são responsáveis pela atenção do Estado brasileiro à maior parte da população do País, principalmente os mais pobres e aqueles que trabalham.

O sistema previdenciário é contributivo, enquanto os demais não o são. Funcionários públicos estatutários e militares possuem um sistema próprio de Previdência, enquanto categorias específicas de trabalhadores possuem uma Previdência complementar, que funciona em regime de capitalização.

Apenas o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) isoladamente alcança aproximadamente 70 milhões de contribuintes, e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS, responsável pelo pagamento de aposentadorias, pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-acidente e outros benefícios previstos em lei), outros 32 milhões, totalizando metade da população brasileira.

Não fosse o RGPS isoladamente, o país teria mais 25 milhões de pobres. Na verdade, o crescimento do gasto com o RGPS é o que garante a sua eficácia: entre 2000 e 2014, esse gasto saltou de 10,6% para 13,4% do Produto Interno Bruto (PIB), aumentando, assim, a cobertura da proteção social para mais brasileiros/as.

Mas ainda 24 milhões de trabalhadores continuam sem essa proteção social, a maioria por estar inserido na informalidade do mercado de trabalho. Sem registro em Carteira e sem contribuir para o sistema como autônomos ou qualquer outra forma, carecem de benefícios como auxílio doença ou acidente, aposentadoria e pensão, entre outros. A construção civil lidera com 3,1 milhões de trabalhadores sem proteção social, a maioria porque trabalha por conta própria ou na informalidade.

As mulheres são mais protegidas do que os homens: atualmente 56,1% dos beneficiários do RGPS são mulheres.

Com o sistema de proteção social atual, os idosos também podem desfrutar de uma vida digna. Sem esse sistema, os idosos seriam mais pobres e dependentes de familiares e de ajuda voluntária (igrejas, por exemplo). Seriam um peso para a família, dificultando ainda mais a evolução patrimonial desta.

O impacto regional também é significativo já que a Previdência transfere a renda de 10% dos municípios mais ricos do País para os 90% mais pobres, por meio do pagamento de pensões e aposentadorias.

A complexidade do sistema se deve não apenas ao seu tamanho e extensão, mas também devido ao amplo leque de benefícios e o que eles representam em termos financeiros. Isto faz com que a área econômica do governo acompanhe de perto toda a regulamentação de benefícios da previdência social, já que o seu impacto sobre as contas do governo pode ser determinante para o sucesso ou o fracasso de toda a política econômica do País.

Como se baseia em expectativa de vida e comportamento demográfico, o grande desafio é manter o equilíbrio entre o número de contribuintes e o número de beneficiários ao longo da vida. A relação atual é de cerca de 7,4 e deverá ser de 2,3 em 2060, devido a diminuição da taxa de natalidade e o alongamento do tempo de vida. Entre 1980 e

2012 a expectativa de vida do brasileiro cresceu 12,1 anos: de 62,5 para 74,6 anos de vida, o mais alto entre os chamados BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

Se o sistema não se “autofinancia”, o Tesouro é obrigado a cobrir o déficit, utilizando recursos que poderiam ser usados em outras áreas e correndo o risco de gerar inflação. Por isso, todo aparente “detalhe” ou “desvio” pode ser crucial para a saúde econômica do RGPS e do governo.

Não é por outra razão que a Oposição neoliberal e seus “porta-vozes” na grande imprensa apregoam abertamente, ou dissimuladamente, a diminuição dos benefícios ou a sua entrega ao setor privado, como seguradoras e bancos. É o tipo de modelo que vigora em países como Chile, Peru, Colômbia e México, entre outros, onde usufrui quem tem um emprego formal e capacidade de pagamento, excluindo ou “precarizando” com benefício mínimo aquele que não pode pagar. Nesse caso, o RGPS deixaria de lado a sua função social e passaria a se constituir em um produto do mercado, acessível, como qualquer outro produto, somente para quem o pode comprar.

Estes “produtos” são bem conhecidos do trabalhador químico: a aposentadoria especial é uma delas; a comunicação de acidente de trabalho (CAT) e o auxílio-acidente também; e outros ainda, como a pensão por morte ou por invalidez; o acidente de trajeto; a perícia médica; o reconhecimento ou não da doença profissional etc., tudo que tem a ver com a nossa condição de trabalho e de vida. Esses produtos nas mãos do Estado estão sujeitos ao “controle social”, por meio dos conselhos municipal, estadual e nacional de Previdência Social e pela troca de governo por conta das eleições, por exemplo. Nas mãos de seguradoras e bancos privados, fica tudo mais difícil, como já sabemos na condição de consumidores de bens e serviços e como correntistas de bancos.

O grande desafio, dessa maneira, começa no local de trabalho: garantir condições seguras e saudáveis de trabalho, livre da exposição a agentes nocivos à saúde como substâncias químicas, ruído, vibrações, radiações ionizantes e não ionizantes; livre da pressão de chefias e trabalho monótono ou repetitivo, trabalho intenso sem tempo livre para relaxamento físico e mental ou em trabalho de turnos alternados sem tempo adequado para recuperação e ajuste biológico etc.

E vai mais além: garantir que o sistema para o qual contribuímos com parte de nossos vencimentos seja estável e saudável financeiramente; que seja capaz de prover benefícios justos que garantam condição de vida digna em situações não desejáveis, como em casos de afastamento por acidente de trabalho ou trajeto, doença ocupacional ou relacionada ao trabalho, enfermidade por causas naturais; que garanta uma aposentadoria ou pensão que, igualmente, seja capaz de manter a dignidade da família e o tratamento médico em caso de doenças e de envelhecimento. Garantir, enfim, um sistema público, controlado socialmente, que tenha como objetivo supremo o bem-estar social e não o lucro privado. Este é o modelo que desejamos e pelo qual devemos lutar como indivíduos/cidadãos e como coletivo de trabalhadores que depende de sua força de trabalho para o sustento próprio e de sua família. ■



Fernando Kleiman



Rogério Nagamine



Ricardo Gebrim

3. REFORMA POLÍTICA E COMUNICAÇÃO – DESAFIOS AO MOVIMENTO SINDICAL

(Texto elaborado como subsídio aos delegados/as ao 12º Congresso dos Químicos do ABC a partir da contribuição de Ricardo Gebrim, advogado, membro da coordenação nacional da campanha pela Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político e do conselho editorial do Jornal Brasil de Fato e ex-presidente do Sindicato dos Advogados do Estado de São Paulo, em palestra realizada no auditório do Sindicato dos Químicos do ABC no dia 8 de junho de 2015)

Lula foi eleito presidente da República em 2002, período em que a capacidade de mobilização e luta da classe operária e dos movimentos sociais estava em seu pior nível. De 1945 a 1964, tivemos um período de ascenso dos movimentos de massa e de organização da classe trabalhadora que foi para a ofensiva, e construiu um projeto alternativo. Preocupada com uma derrota histórica, a classe dos capitalistas, se uniu com os militares e o capital estrangeiro dominado pelos Estados Unidos, e deram um golpe militar em 1964, para derrotar o projeto das reformas de base da classe trabalhadora brasileira. Daí resultou um longo período de derrota da classe e de refluxo das mobilizações que foi de 1964 a 1978.

A partir de 1978 a classe trabalhadora retoma as mobilizações e foi reconstruindo a unidade da classe em torno de um projeto democrático-popular. Reconstruíram-se as organizações sindicais combativas, a CUT, os movimentos sociais, o MST, a Central de Movimentos Populares (CMP) etc. Tudo isso foi acumulando forças, até que nas eleições de 1989, disputamos um projeto de sociedade com os capitalistas, mas fomos derrotados, na eleição em que o Lula era o porta-voz desse projeto.

A elite no Brasil tem um caráter de antecipação muito acentuado. Por isso, conduziu o golpe de 1964, para antecipar-se às reformas de Jango, e conduziu a “abertura lenta, gradual e segura” que marcaria o fim da ditadura. O grande embate no início da década de 1980 foi entre esta “abertura” dirigida pela elite e o amplo movimento popular pelas “Diretas Já!”, que organizou comícios com milhões de pessoas em todo o Brasil entre 1983 e 1984, ano em que a reivindicação por eleições diretas para presidente foi derrotada no Congresso Federal.

Mas a campanha pelas “Diretas Já!”, mesmo derrotada, acumulou e aglutinou muita força popular. Tanta força que impulsionou reformas importantes inseridas na Constituição Federal promulgada em outubro de 1988 e levou Lula a quase ser eleito presidente da República em 1989, quando foi derrotado por pequena margem de votos pelo Fernando Collor.

Em 1995, tivemos mais uma derrota significativa da classe, no campo sindical, com a derrota da greve nacional dos petroleiros, que foi massacrada pelos tanques na rua, lá colocados pelo governo FHC. Tudo isso produziu um refluxo no movimento de massas, que perdura até os dias de hoje.

Em 2002, o povo brasileiro elegeu Lula. Mas a vitória eleitoral foi insuficiente para a retomada da iniciativa da classe trabalhadora. Por isso, tivemos apenas um governo de composição de classes, composto por 14 partidos políticos, muitos da própria burguesia, e a classe trabalhadora não conseguiu ter um governo popular.

As manifestações de junho de 2013 são uma retomada da luta de massas, após o profundo descenso da década de 1980. A ofensiva neoliberal representou uma derrota mundial para a classe trabalhadora e, no Brasil, desmontou os 50 anos anteriores de desenvolvimento nacional, impulsionado pelo Estado. Os anos 2000 esboçaram propostas eleitorais contra o neoliberalismo que, em aliança com setores da burguesia interna, deram início ao “neodesenvolvimentismo”, gerando muitas contradições. A principal fagulha para o crescimento das mobilizações foi a solidariedade decorrente da repressão policial nas ruas.

A constituinte exclusiva para a reforma política é uma bandeira que mexe com o sistema de dominação das elites no Brasil. A juventude que foi às ruas manifestou insatisfação com o sistema político e aqui está o elo com as bandeiras do movimento sindical. A esquerda não pode vacilar, é momento de construção de unidade entre os movimentos de juventude e os sindicatos, em torno da Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político.

Estamos ainda vivendo um tempo histórico que foi resultado de um período de refluxo do movimento de massas, tempos de resistência, em que a classe trabalhadora está se reaglutinando e reconstruindo um projeto de unidade

da classe, mas sem ter forças suficientes para retomar a ofensiva contra o capital, e realizar grandes mobilizações de massa em torno de um projeto alternativo.

Em síntese, os governos Lula e Dilma cometeram quatro erros, que precisam ser debatidos, analisados em profundidade, para que deles se tirem lições para as próximas lutas:

1. Lula e Dilma não utilizaram o Governo para organizar e conscientizar politicamente a classe trabalhadora, para torná-la base de sustentação das melhorias das condições de vida que foram implementadas a partir de 2003 e impulsionadoras das reformas estruturais que o País necessita. Por isso, há pesquisas que mostram que muitos jovens pobres que conseguiram entrar na Faculdade graças ao PROUNI são contra o programa Bolsa Família. E vice-versa.
2. Lula e Dilma não construíram estratégia de enfrentamento das amarras que a burguesia mantém no Estado brasileiro (economia centrada no pagamento de juros para os muito ricos, Poder Judiciário contra as demandas do povo) e não enfrentaram o monopólio da mídia (Globo, revista Veja, Folha de São Paulo, Bandeirantes, SBT, Rede TV etc.).
3. Lamentável ingenuidade ao usar e abusar do financiamento empresarial de campanhas eleitorais, em todos os níveis, de vereador a Presidente da República. Caixa 2 generalizado foi o que levou ao mau-chamado “mensalão” e a crise ética que abala hoje o PT, após ter permitido à direita abater e inviabilizar politicamente lideranças fundamentais do Partido, como José Dirceu.
4. Ausência de estratégia de ação e de políticas específicas para os setores médios da sociedade. Isso prejudicou muito a relação do governo, especialmente do governo Dilma, com as categorias profissionais de mais elevada renda.

Em relação à luta pela democratização da comunicação, não adiante ficar criticando a Globo, a Bandeirantes, porque atacam os sindicatos, o PT, a Dilma. Estas empresas estão cumprindo seu papel, fazendo o que se espera delas. Não leva a nada acusarmos o inimigo de estar agindo como inimigo. É, assim, necessário e já deveria ter sido feito desde 2003, restringir o monopólio que os grandes meios de comunicação detém no Brasil, por meio de regulação pública e democrática, da forma como dezenas de países já fazem: Inglaterra, França, Argentina e Venezuela, entre tantos outros. É preciso também criar, fortalecer e difundir a comunicação dos sindicatos, do movimento social. São instrumentos de formação política, que é a síntese do conhecimento histórico, de como se move a sociedade, de como acontece a luta de classes. É a democratização do conhecimento entre a militância, a base social e a população em geral. Sem conhecimento, ninguém acumula forças. E a formação política pode acontecer de muitas formas. Desde seminários, cursos intensivos, debates, assim como através de meios de comunicação próprios. Por isso que a classe trabalhadora precisa ter seus boletins, jornais, programas de rádio, e de televisão: para usar esses instrumentos de comunicação de massa, como formas de fazer formação política para as massas.

O ponto fraco do cerco que a direita está montando contra o governo e contra os sindicatos é o sistema político. O povo brasileiro quer mais participação política e nós, da esquerda, do movimento popular e sindical, temos isso a oferecer, através da campanha pela Constituinte. A participação forte dos Sindicatos na campanha motiva outros movimentos a virem junto e reforça a necessidade de alterações no sistema político para garantir ampliação de direitos sociais e trabalhistas”. Reforça-se aqui a tática da transformação proposta por Florestan Fernandes: “contra a intolerância dos ricos, a intransigência dos pobres.”

A Iniciativa Popular de Lei pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas (que ganhou na Câmara dos Deputados a forma do PL 6316, de 2013, assinado por 125 parlamentares) está tramitando em conjunto com outros 42 Projetos de Lei que abordam os mesmos temas. A vinda da Coalizão à Câmara dos Deputados, trazendo cerca de 630.089 assinaturas físicas e 94.285 eletrônicas, não interessou à maioria dos parlamentares e não repercutiu nos debates do Plenário. O número de assinaturas recolhidas é significativo, mas é necessária mais intensa mobilização, de forma a atingir a meta de um milhão de assinaturas antes do final da tramitação dessas proposições. Assim, o Projeto de Reforma Política Democrática ganhará força dentro do Parlamento. A proposta da Coalizão Democrática é a mais bem feita (inclusive juridicamente) para conquistarmos uma transformação do sistema político e eleitoral brasileiro, livrando-o da captura pelo poder econômico e possibilitando que as maiorias sociais se tornem maiorias políticas.

A classe trabalhadora exerce sua força política na sociedade e perante os capitalistas quando tem forças de mobilizar grandes contingentes e ir para a rua, fazer greves, mobilizações. Nossa força está no número de pessoas que conseguirmos mobilizar em torno de propostas e projetos. Uma decisão de parar a produção na indústria química tem forte impacto na economia nacional. Por isso, os Químicos do ABC estão em lugar decisivo nesta quadra da História. ■



Percurso Formativo da Etapa Final do 12º Congresso dos Químicos do ABC

Democracia, Organização e Luta. A química que produz desenvolvimento desde o local de trabalho

De 3 a 5 de julho de 2015

3 de julho, sexta-feira		4 de julho, sábado		5 de julho, domingo	
Atividade	Atividade	Atividade	Atividade	Atividade	Responsáveis
7h	Café da manhã	Café da manhã	Café da manhã	Café da manhã	
8h30 às 9h30	Abertura Política CUT Nacional Wagner Freitas IndústriaALL Jorge Almeida FETQUIM CNQ	Coordenação: Raimundo Suzart Assessoria: Nilton Freitas	Coordenação: Raimundo Suzart Assessoria: Nilton Freitas	Trabalho desenvolvido nas instâncias do movimento sindical IndústriaALL: Sergio Novals CNQ-CUT: a definir FETQUIM-CUT: Ailton Cano CUT Nacional: Aparecido Donizeti	Coordenação: Ronaldo de Oliveira e Ana Maria Gomes Assessoria: André Araújo
09h30 às 10h	Leitura e Aprovação do Regimento Interno	Coordenação: Ronaldo de Oliveira e Sheila Onório Assessoria: Josenildo Melo	Coordenação: Ronaldo de Oliveira e Sheila Onório Assessoria: Josenildo Melo	Plenária para debate com a categoria: propostas de políticas para o enfrentamento da crise e a retomada do desenvolvimento desde o local de trabalho	Coordenação: Raimundo Suzart e Danielle Franco Assessoria: Nilton Freitas e Thomaz Jensen
10h às 11h	Desafios da Conjuntura Política Wagner Freitas (CUT) André Singer (USP)	Coordenação: Raimundo Suzart e Amabile Cordeiro Assessoria: Thomaz Jensen	Coordenação: Raimundo Suzart e Amabile Cordeiro Assessoria: Thomaz Jensen	Intervalo	
11h às 11h30	Intervalo			Intervalo	
11h30 às 12h30	Desafios da Conjuntura Política Wagner Freitas (CUT) André Singer (USP)	Coordenação: Raimundo Suzart e Amabile Cordeiro Assessoria: Thomaz Jensen	Coordenação: Raimundo Suzart e Amabile Cordeiro Assessoria: Thomaz Jensen	Votação de propostas e encerramento do Congresso	Coordenação: Raimundo Suzart e Danielle Franco Assessoria: Nilton Freitas e Thomaz Jensen
12h30 às 14h	Almoço e Descanso			Almoço	
14h às 14h30	Gênero e Juventude Vera Soares (Secretária Especial de Política para as Mulheres) André Cardoso (coordenador do Levante Popular da Juventude)	Coordenação: Lucimar Rodrigues e Rodolfo Morette Assessoria: Josenildo Melo	Coordenação: Lucimar Rodrigues e Rodolfo Morette Assessoria: Josenildo Melo	Retorno para o ABCDMRR	
14h30 às 15h30	Teatro: As Mal-Amadas, poética do desmonte - grupo feminista	Coordenação: Lucimar Rodrigues	Coordenação: Lucimar Rodrigues		
15h30 às 16h00	Intervalo				
16h às 17h	Desenvolvimento Sustentável Artur Henrique (Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo PMSP)	Coordenação: Juvenil N. da Costa e Dalva L. Oliveira Assessoria: Nilton Freitas	Coordenação: Juvenil N. da Costa e Dalva L. Oliveira Assessoria: Nilton Freitas		
19h00	Jantar				
20h00	Noite Livre	Noite Cultural			